

Feu Rosa diz que Carta destruiu os três poderes

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa, disse ontem, durante o primeiro painel do projeto "ES Século 21", que a Constituição brasileira destruiu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e criou a crise no Estado. Na opinião dele, a Carta instituiu o caos no país. "Ela acabou com tudo", afirmou, ressaltando a necessidade de conscientização, sobretudo da classe política.

A segunda fase do projeto "ES Século 21" foi aberta ontem, às 19 horas, no auditório da **Rede Gazeta de Comunicações**, com um debate sobre as "Atribuições, Relações e Modernização dos Três Poderes". Durante mais de uma hora, os presidentes do Tribunal de Justiça, Antônio Miguel Feu Rosa, da Assembleia Legislativa, deputado Marcos Madureira, e o procurador geral do Estado, Cristiano Dias Lope Filho - representante do governador Albuíno Azeredo -, falaram sobre o tema. Depois dos pronunciamentos, foi realizado um debate, com a participação do auditório.

Relato

O diretor-executivo da **Rede Gazeta de Comunicações**, Carlos Fernando Lindenberg Filho, foi quem abriu o evento, que teve a coordenação do jornalista Abdo Chequer. O primeiro a falar foi o ex-governador Cristiano Dias Lopes. Ele fez um relato histórico sobre o tema, lembrando a instituição do sistema tripartite de poder, pelo filósofo Montesquie. Ele falou sobre a chamada independência dos três poderes. Na opinião dele, embora os três poderes sejam autônomos financeira e administrativa, o Executivo é quem sofre, porque é o responsável pelo gerenciamento dos recursos. "O Executivo está perdendo o controle do Estado", destacou, propondo alterações na legislação.

O deputado Marcos Madureira também fez um relato histórico sobre o tema, enfatizando, sobretudo o período de 1964. Ele lembrou que, naquela época, o Legislativo apenas homologava as iniciativas do Executivo. O Congresso, conforme lembrou, era fechado a qualquer tempo. "Era o direito da força sobrepujando a força do Direito", destacou. Madureira afirmou que, apesar da Anistia, as marcas sociais hoje são evidentes. A saída, na opinião dele, é o fortalecimento do Legislativo, "onde tudo começa e termina".



do foi o de Feu Rosa. Ele arrancou gargalhadas e muitos aplausos, ao criticar os poderes Executivo, Legislativo e também o Judiciário. Na opinião dele, o modelo constitucional brasileiro está ultrapassado e precisa ser reformado com urgência. "Os três poderes hoje não existem mais", destacou. Ao explicar suas palavras, ele citou como exemplo o Tribunal de Contas. "Esse órgão hoje não pertence a nenhum dos três poderes, mas interfere em todos eles", sublinhou, citando ainda o Ministério Público e a própria sociedade. "A Constituição fala em soberania popular", arrematou.

Críticas

Feu Rosa criticou ainda a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "A OAB não pertence a nenhum dos três poderes, mas foi lá no Congresso e fez uma lei de seu interesse", disse, afirmando que a OAB transformou os advogados em Cartórios. "Antigamente qualquer contador podia fazer registro de firma. Hoje só com a assinatura de um advogado", ressaltou. Ele lembrou ainda que foi a Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) quem mais apresentou emendas à Constituição. "Todos esses órgãos mandam mais que os três poderes", disse.

Na opinião dele, o Executivo está cada vez mais "inoperante", o Legislativo "não legisla" e o Judiciário vive pressionado pelos outros dois poderes. Ele lembrou que o Legislativo abocanha uma fatia muito maior no Orçamento, embora tenha uma estrutura muito menor que o Judiciário. Feu Rosa defendeu a "autonomia financeira de fato" para o Judiciário; o fim do sistema de cartórios; e amplas reformas no sistema processual. "O Judiciário não pode continuar com um monte de justiça", defendeu, afirmando que os processos de apelação emperram o país. "A Constituição cidadã acabou com tudo. Ela criou o caos. Precisamos de uma Justiça única neste país", arrematou.



A discussão sobre as atribuições dos poderes marcou o início da Agenda 95 do projeto, que prossegue até setembro



Um bom público prestigiou as palestras do desembargador Feu Rosa, do deputado Madureira e do procurador Dias Lopes

Painel hoje discute finanças

O segundo debate do projeto "ES Século 21" será realizado hoje, a partir das 19h30m, no auditório da **Rede Gazeta de Comunicações**. O procurador geral do Estado, Cristiano Dias Lopes Filho; o secretário da Fazenda, José Eugênio Vieira; o economis-

Pinheiro Cortes vão discutir "A Situação Financeira do Governo Estadual". O "ES Século 21" prosseguirá até o dia 16 de setembro.

Esta segunda etapa do "ES Século 21", denominada "Agenda 1995", vai retomar as discussões sobre os desafios para o desenvolvimento do Estado, iniciadas há três anos. Até o próximo dia 25, serão realizados mais dez painéis sobre as principais questões do desenvolvimento capixaba. De 12 a 16 de setembro, os candi-

divulgar seus programas administrativos. Após cada fase, o jornal **A Gazeta** vai publicar um suplemento com a síntese dos painéis e dos programas.

Em cada seminário, os expositores terão 50 minutos para falar sobre os seus temas. Após as exposições, serão realizados debates, sob a coordenação dos jornalistas Abdo Chequer e Carlos Tourinho, da **TV Gazeta**. A proposta da **Rede Gazeta** é levantar informações que possam contribuir para um diagnóstico do Est.

destruiu os três p
1 cad. p. 2 C. 1, 2, 3

Feu Rosa diz que Carta destruiu os três poderes

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa, disse ontem, durante o primeiro painel do projeto "ES Século 21", que a Constituição brasileira destruiu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e criou a crise no Estado. Na opinião dele, a Carta instituiu o caos no país. "Ela acabou com tudo", afirmou, ressaltando a necessidade de conscientização, sobretudo da classe política.

A segunda fase do projeto "ES Século 21" foi aberta ontem, às 19 horas, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações, com um debate sobre as "Atribuições, Relações e Modernização dos Três Poderes". Durante mais de uma hora, os presidentes do Tribunal de Justiça, Antônio Miguel Feu Rosa, da Assembleia Legislativa, deputado Marcos Madureira, e o procurador geral do Estado, Cristiano Dias Lope Filho - representante do governador Albuíno Azeredo -, falaram sobre o tema. Depois dos pronunciamentos, foi realizado um debate, com a participação do auditório.

Relato

O diretor-executivo da Rede Gazeta de Comunicações, Carlos Fernando Lindenberg Filho, foi quem abriu o evento, que teve a coordenação do jornalista Abdo Chequer. O primeiro a falar foi o ex-governador Cristiano Dias Lopes. Ele fez um relato histórico sobre o tema, lembrando a instituição do sistema tripartite de poder, pelo filósofo Montesquie. Ele falou sobre a chamada independência dos três poderes. Na opinião dele, embora os três poderes sejam autônomos financeira e administrativamente, o Executivo é quem sofre, porque é o responsável pelo gerenciamento dos recursos. "O Executivo está perdendo o controle do Estado", destacou, propondo alterações na legislação.

O deputado Marcos Madureira também fez um relato histórico sobre o tema, enfatizando, sobretudo o período de 1964. Ele lembrou que, naquela época, o Legislativo apenas homologava as iniciativas do Executivo. O Congresso, conforme lembrou, era fechado a qualquer tempo. "Era o direito da força sobrepujando a força do Direito", destacou. Madureira afirmou que, apesar da Anistia, as marcas sociais hoje são evidentes. A saída, na opinião dele, é o fortalecimento do Legislativo, "onde tudo começa e termina".

O pronunciamento mais aplaudi-



do foi o de Feu Rosa. Ele arrancou gargalhadas e muitos aplausos, ao criticar os poderes Executivo, Legislativo e também o Judiciário. Na opinião dele, o modelo constitucional brasileiro está ultrapassado e precisa ser reformado com urgência. "Os três poderes hoje não existem mais", destacou. Ao explicar suas palavras, ele citou como exemplo o Tribunal de Contas. "Esse órgão hoje não pertence a nenhum dos três poderes, mas interfere em todos eles", sublinhou, citando ainda o Ministério Público e a própria sociedade. "A Constituição fala em soberania popular", arrematou.

Críticas

Feu Rosa criticou ainda a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "A OAB não pertence a nenhum dos três poderes, mas foi lá no Congresso e fez uma lei de seu interesse", disse, afirmando que a OAB transformou os advogados em Cartórios. "Antigamente qualquer contador podia fazer registro de firma. Hoje só com a assinatura de um advogado", ressaltou. Ele lembrou ainda que foi a Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) quem mais apresentou emendas à Constituição. "Todos esses órgãos mandam mais que os três poderes", disse.

Na opinião dele, o Executivo está cada vez mais "inoperante", o Legislativo "não legisla" e o Judiciário vive pressionado pelos outros dois poderes. Ele lembrou que o Legislativo abocanha uma fatia muito maior no Orçamento, embora tenha uma estrutura muito menor que o Judiciário. Feu Rosa defendeu a "autonomia financeira de fato" para o Judiciário; o fim do sistema de cartórios; e amplas reformas no sistema processual. "O Judiciário não pode continuar com um monte de justiça", defendeu, afirmando que os processos de apelação emperram o país. "A Constituição cidadã acabou com tudo. Ela criou o caos. Precisamos de uma Justiça única neste país", arrematou.



A discussão sobre as atribuições dos poderes marcou o início da Agenda 95 do projeto, que prossegue até setembro



Um bom público prestigiou as palestras do desembargador Feu Rosa, do deputado Madureira e do procurador Dias Lopes

Painel hoje discute finanças

O segundo debate do projeto "ES Século 21" será realizado hoje, a partir das 19h30m, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações. O procurador geral do Estado, Cristiano Dias Lopes Filho; o secretário da Fazenda, José Eugênio Vieira; o economista José Teófilo e advogado Guido

Pinheiro Cortes vão discutir "A Situação Financeira do Governo Estadual". O "ES Século 21" prosseguirá até o dia 16 de setembro.

Esta segunda etapa do "ES Século 21", denominada "Agenda 1995", vai retomar as discussões sobre os desafios para o desenvolvimento do Estado, iniciadas há três anos. Até o próximo dia 25, serão realizados mais dez painéis sobre as principais questões do desenvolvimento capixaba. De 12 a 16 de setembro, os candidatos ao Governo estadual vão

divulgar seus programas administrativos. Após cada fase, o jornal A Gazeta vai publicar um suplemento com a síntese dos painéis e dos programas.

Em cada seminário, os expositores terão 50 minutos para falar sobre os seus temas. Após as exposições, serão realizados debates, sob a coordenação dos jornalistas Abdo Chequer e Carlos Tourinho, da TV Gazeta. A proposta da Rede Gazeta é levantar informações que possam contribuir para um diagnóstico do Estado e do Governo.

Fotos de Helô Sant'Ana

destruiu os três p
+ 1 cad. p. 2 C. 1, 2, 3